

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 18 de junho de 2024 - Ata n.º 54.

Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Delegado Jacovós** (na função de 1.º Secretário) e **Maria Victória** (2.ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **54.ª Sessão Ordinária da 2.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Solicito à Deputada Maria Victoria que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

SR.^A 2.ª SECRETÁRIA (Deputada Maria Victoria - PP): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da 53.ª Sessão Ordinária, de 17 de junho de 2024.) Era o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o Deputado Jacovós se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Delegado Jacovós – PL): Sim, Ex.^a, três Expedientes.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 423/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 343/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.008; **Ofício n.º 424/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a Restituição do Projeto de Lei n.º 460/2023; e **Ofício n.º 1115/2024** do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Anteprojeto de Lei (autuado sob o n.º 391/2024) que altera a Lei n.º 17.250, de 31 de julho de 2012, que dispõe sobre as gratificações dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná. É o que continha.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, ao tempo em que cumprimento a nossa população que acompanha esta Sessão a distância. Quero fazer aqui um cumprimento à Prof.^a Walkiria, Presidente da APP-Sindicato, que mais uma vez comparece a esta Assembleia, e mais uma vez trazendo as reivindicações de professores e professoras, funcionários e funcionárias de escola do nosso Estado. São reivindicações justas, como o pagamento da data-base, que é a reposição da inflação, assim como o pagamento do piso para os professores do Paraná, que é o salário inicial de carreira, que precisa de uma reposição desde janeiro para alcançar o piso nacional. E também, evidentemente, solicita que o Governo atenda o pedido dos estudantes, dos pais e dos professores para que se tenha a reposição das aulas do período de greve. Então, quero cumprimentar mais uma vez a Prof.^a Walkiria, dizer que essa pauta que você traz aqui é justa e merece o acolhimento desta Assembleia Legislativa. Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, todos e todas que acompanham esta Sessão, quero aqui também fazer uma saudação muito especial às professoras, aos professores do município de Palmas, que estão mobilizados, estão em luta, por exemplo, lutando pelos direitos que já são garantidos em lei, garantidos pela Constituição, e que ainda não estão sendo respeitados lá em Palmas. Elaboraram panfletos como este listando tudo aquilo que não está sendo atendido pela Prefeitura

Municipal para que possam ter educação de qualidade, e também fizeram chegar para esta Casa e para este Deputado uma carta dizendo que estão de luto e, claro, também fazendo a luta, aí esta carta vem com as demandas dos professores e professoras de Palmas, mas também são demandas dos pais, dos estudantes que querem uma educação evidentemente de qualidade. E para se ter educação de qualidade é preciso valorização dos profissionais, com salário digno, com carreira adequada, com condições de trabalho que permitam fazer a educação com qualidade, fazer com que a aprendizagem seja favorecida. E aí eu passo a ler a carta enviada pela Prof.^a Andreia, que é a Presidente do Sindicato dos Professores do município de Palmas, que é o Sindiprom. *“Dramas da educação de Palmas no Paraná”* é o título da carta. *“Professor Lemos, através desta carta damos voz à categoria diante de algumas situações que vêm frustrando os profissionais de educação da rede municipal de ensino de Palmas. A nossa luta constante tem sido pela valorização dos profissionais da educação através da revisão e atualização do nosso plano de carreira, bem como pelo cumprimento de leis que garantem direitos, direitos que já estão adquiridos, que dizem respeito aos estudantes e aos professores. O Sindiprom – Sindicato dos Professores Municipais de Palmas, fundado em 6 de junho de 1996, em pleno estado de greve, onde os professores sofriam com ameaças e imposições”...* (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado, V.Ex.^a passa a usar o horário da Liderança do PT.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Obrigado. *“O Sindicato dos Professores de Palmas, fundado em 6 de junho de 1996, em pleno estado de greve, onde os professores sofriam com ameaças, imposições e negação dos seus direitos, nasceu com um perfil forte de enfrentamento e de luta em defesa da educação e dos educadores. Há quatro anos o Sindicato vem enfrentando uma gestão que não dialoga, mesmo a categoria empenhada em sentar e construir uma saída viável para a educação, com plena consciência das nossas demandas. Os problemas enfrentados pela categoria em Palmas são inúmeros, tentaremos sintetizar de forma objetiva. No início do ano letivo fomos*

surpreendidos pela diminuição de turmas em todas as escolas e nos CMEIS, com o consequente aumento do número de alunos por sala de aula, refletindo na redução do número de professores regentes e acompanhantes de alunos – alunos com deficiência, alunos com transtorno do espectro autista. Com salas de aulas superlotadas, os desafios aumentaram e a consequente redução, evidentemente, do rendimento escolar. Alunos com as mais variadas dificuldades de aprendizagem, com diferentes transtornos, e esses estudantes estão presentes praticamente em todas as nossas escolas, em todas as salas de aulas. Exige uma atenção e um trabalho específico, individualizado, mas isso ficou comprometido devido ao excesso de alunos por turma. Salas que tinham de 20 a 25 alunos agora têm 30 ou mais alunos. Destaca-se que a gestão está pecando quanto aos alunos com o espectro autista, que merecem um atendimento diferenciado, especializado. Absurdamente há até estagiários nesse atendimento, mesmo havendo, na rede de professores, professores formados, com pós-graduação na área de educação especial, inclusiva, com psicopedagogia, inclusive há alunos acumulados na mesma sala, sem um estudo de cada caso, comprometendo a educação realmente inclusiva que tanto defendemos enquanto sociedade. É evidente que o aumento do índice do Ideb, tão almejado por todos nós, e o aprendizado eficiente é um sonho distante diante dessas situações. As condições de trabalho oferecidas aos professores estão, decisivamente, ligadas à qualidade do ensino ofertado. Frisa-se na LDB, no art. 25, que as autoridades responsáveis devem primar pela relação adequada entre o número de alunos e professores e cuidar do espaço, o tamanho da sala, a ventilação, a iluminação, com o intuito de garantir a qualidade do trabalho pedagógico. Ainda quanto aos estagiários, que na verdade são explorados, inclusive há mães de família que, por necessidade, se submetem a essa situação, com salários atrasados, fugindo da Lei n.º 11.788/2008, que prevê que o estágio é um ato educativo escolar supervisionado e não uma mão de obra barata para substituir professores. Frisa-se que não queremos, de forma nenhuma, que os estagiários sejam demitidos ou prejudicados, mas que façam o que realmente está previsto na lei. Afinal de contas, há estagiários atuando com regência na educação infantil,

campos de experiências, Educação Física, Língua Portuguesa, Inglesa, Arte, empreendedorismo, Leitura, produção de textos e auxiliares dos alunos com especto autista. Infelizmente, os estagiários acabaram sendo mão de obra barata, pois recebem cerca de R\$ 1.100,00, por 20 horas semanais, por mês. Ao passo que um professor no Brasil tem que receber o piso, que é de no mínimo R\$ 2.290,28. Portanto, recebem menos que a metade que um professor recebe. Também há professores que pertencem ao quadro próprio, com 20 horas, e fazem dobra do padrão com aulas extraordinárias recebendo valor inicial da carreira do magistério, que neste ano foram substituídos por estagiários, retirando as aulas extraordinárias, reduzindo o salário do professor formado, concursado. A lei é clara: o estágio tem caráter de aprendizagem, ou seja, nossos colegas professores estagiários deveriam estar nas escolas desenvolvendo seu trabalho em caráter de ajudante, compartilhando experiências e práticas de ensino junto aos professores concursados. Essa prática abusiva de explorar os estagiários, além do fator econômico, também tem danos à aprendizagem, reflexo no futuro da população palmense. Abre-se as portas para a desvalorização da mãe de todas as profissões, que é a profissão de professor, professora, ferindo gravemente os princípios da administração pública, da LDB e da lei do estágio. Tal desvalorização que hoje reflete em um percentual de mais de 33% de defasagem salarial, com salários atrasados. E o Sindicato tem estudos que demonstram que o município tem condições financeiras, tem margem fiscal e financeira para repor os salários dos professores, pois durante muito tempo vem-se aplicando o reajuste do piso nacional somente no salário da carreira, no inicial da carreira e os demais não recebem a reposição do piso, recebendo um percentual menor. Exemplo: em 2022, o reajuste do piso nacional foi 33%, apenas 13 professores que estavam recebendo menos que o piso tiveram esse reajuste. Os demais receberam 4,52%, achatando a tabela, destruindo a tabela salarial, destruindo a carreira nossa de professores do município de Palmas. Destacamos que o plano de carreira precisa ser adequado, atualizado, pois ele é de 2006. Infelizmente, a gestão nem sequer responde mais os ofícios do Sindicato, quem dirá receber para reuniões. Assim não resta alternativa a não ser

realizar inúmeros manifestos, ocupando os espaços que nos são permitidos. Vamos à greve como última alternativa e pensamos nos nossos estudantes em primeiro lugar, principalmente depois dos reflexos que a pandemia gerou”... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Professor Lemos, um minuto para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para concluir, Sr. Presidente. “*Mas as alternativas estão terminando e a greve pode ser iminente. Palmas, 14 de maio de 2024. Diretoria do Sindicato*”. Quero aqui, mais uma vez, me dirigir ao Prefeito de Palmas, pedir a ele que sente com os professores, que dialogue com os professores, que atenda essas reivindicações, pois elas cabem no orçamento do município e fazem bem para melhorar a aprendizagem. Tratar os nossos professores e professoras com respeito, valorizando os professores e professoras, assim vamos conseguir desenvolver cada município, cada estado e o nosso País. Quero, mais uma vez, cumprimentar os professores de Palmas...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Quero mais uma vez cumprimentar os professores e professoras de Palmas e dizer que estamos juntos nesta luta, que é uma luta importante, é uma luta santa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa da Prefeita de Tamarana, Sr.^a Luzia Suzukawa, das Vereadoras Jislaine Pereira Ferraz e Angélica de Oliveira Lima e do Secretário de Desenvolvimento, Sr. Marco Aurélio da Silva, por solicitação do Deputado Tercilio. Sejam bem-vindos. Também registramos a visita dos alunos do 6.º ano do ensino fundamental II da Escola Municipal Coronel Durival Britto e Silva, Programa Linhas do Conhecimento, acompanhados pelas Professoras Vanessa e Simone e pelo Professor Willian de Oliveira. Sejam bem-vindos também na Casa. Próximo orador, Deputado Jacovós.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Senhor Presidente, Caros Colegas Deputados e Deputadas. O que me traz na tribuna é para falarmos a respeito de

Comissão de Ética e Decoro Parlamentar. Hoje fizemos uma reunião ordinária da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, onde foram julgadas sete representações. Deputados representaram entre si, e nós, efetivamente, arquivamos os sete procedimentos disciplinares. O que me traz aqui é dizer aos Sr.^s Deputados e às Sr.^{as} Deputadas que da forma que se encontra hoje o nosso Regimento Interno, no tocante ao encaminhamento de denúncias com relação à possíveis transgressões disciplinares de Parlamentares, o nosso Regimento Interno não condena absolutamente ninguém. Por mais que o Deputado avance na sua questão de ética, por mais que o Deputado cometa infrações, não temos hoje um código capaz de subsidiar qualquer tipo de punição ao Parlamentar, porque é um emaranhado de confusão de artigos que chega ao cúmulo de dar três, quatro interpretações dependendo da situação. Ocorre, hoje, por exemplo, se um Deputado entra com uma representação pedindo a cassação de mandato de outro Parlamentar, porque tenha cometido no exercício de suas funções uma transgressão disciplinar grave, ao entrar essa representação no Conselho de Ética, o Deputado designado Relator pode seguir três formas de entendimento. Ele pode entender realmente que se trata de uma representação que se chegue à cassação de mandato; ele pode entender que se trata de uma representação que apenas incida uma punição de cassação de prerrogativas ou apenas uma punição de suspensão ou uma advertência escrita ou verbal. Dependendo do que ele entender daquela representação teríamos um rito a seguir, porque, por exemplo, se o Deputado está ou infringiu algo que acarrete apenas uma advertência verbal ou escrita, o período para que a Comissão de Ética apure aquela transgressão é de apenas 30 dias. No entanto, digamos, que a representação inicial seja pela suspensão do mandato, então o Conselho de Ética teria 60 dias, de forma ininterrupta, para proceder e finalizar aquele processo disciplinar. Mas, como ocorreu aqui, por exemplo, em um processo de relevante gravidade contra um Parlamentar da Casa, inicialmente a representação pedia a cassação de mandato desse Parlamentar, e assim iniciamos o processo na Comissão de Ética. Quando o Relator chegou ao entendimento de que aquela representação não deveria ser mais de cassação de mandato, no parecer dele ele disse que aquilo se tratava de

apenas uma situação em que o Parlamentar deveria ser advertido por escrito, quando ele deu o parecer já estava prescrito a punição de advertência escrita, porque se iniciou o procedimento por uma forma... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Delegado Jacovós, V.Ex.^a passa a usar o Horário da Liderança.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Muito bem, Sr. Presidente. O que queremos argumentar com isso? Se não mudarmos o Regimento Interno desta Casa com relação aos procedimentos na Comissão de Ética, vamos ficar aqui acompanhando um emaranhado de representações. Daqui uns dias vai acontecer o que aconteceu na Câmara Federal, onde o Deputado Janones, o Deputado Nícolas, mostraram em rede nacional um verdadeiro UFC, e o Presidente da Câmara Federal foi obrigado a chamar os Líderes e votar, em tempo recorde, um projeto onde o Presidente da Câmara Federal, aí, sim, passa a ter poderes para suspender ou ouvir da Comissão de Ética, em até três dias, os Deputados brigões. Então, na Câmara Federal o Presidente Lira foi obrigado a tomar essa providência. Tivemos agora fatos passados aqui, há questão de 20 dias, de situações gravíssimas já narradas aqui por vários Parlamentares ocorridas no âmbito desta Assembleia Legislativa e que, sim, se nós tivéssemos um Regimento Interno com amparo, sem lacunas, sem evasivas, eu reputo que poderíamos iniciar aqui um processo de cassação de mandato de Parlamentar por quebra de decoro, mas da forma que se encontra atualmente não existe nenhuma possibilidade. E aí vai acontecer como aconteceu, hoje, o arquivamento de sete representações, porque não há fundamento para sua continuidade em razão dessas lacunas no Regimento. Para se ter uma ideia, hoje o Conselho de Ética é composto, o Regimento diz que ele se compõe de cinco membros e com a participação do Corregedor com direito a voto. Digamos, então, que em determinada situação três deputados votem por condenação e dois deputados votem pela absolvição, aí entra o Presidente da Comissão de Ética para votar. E o Presidente da Comissão de Ética votando ele empata o resultado, aí não pode ir para lugar nenhum. Quer dizer, um absurdo que tenhamos, no nosso Regimento Interno, uma composição de um Conselho que dê empate e não tenha ninguém

para poder... Quer dizer, se nós tivéssemos o árbitro ontem do jogo entre Palmeiras e Athletico, quem sabe desenvolveríamos de outra forma o jogo, mas não tem como. Então é um absurdo. O que precisamos? Que seja feito um novo Regimento Interno, para que a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar possa, realmente, decidir e não ficarmos jogando *bola para lá e jogando bola para cá*. Por que estou dizendo isso? Porque em razão de todas essas dificuldades está aqui o Deputado Tercilio, que já foi agraciado com pelo menos quatro representações e em todas elas, por exemplo, nessas sete representações que julgamos, hoje, um Deputado decidiu que iria seguir um rito, outro Deputado decidiu que iria seguir outro rito e outro decidiu que iria seguir o terceiro rito. Eu, como Presidente da Comissão, não tenho o que fazer, porque se você for interpretar o Regimento cabe três tipos de interpretação. Dou um exemplo: o Deputado Tercilio, ao receber a relatoria dos processos, ele mandou citar o acusado. Ele mandou comunicar o acusado para que o acusado se defendesse. O acusado recebe uma representação e o acusado olha a representação e diz assim: *“Mas estou sendo acusado por quem? Pelo algoz? Pelo Deputado que me representou? Quem que decidiu se essa acusação é realmente a correta?”* O que estou dizendo é que não tem um saneamento da representação. Vamos dizer assim: no processo judiciário, a polícia indicia um criminoso com base em determinado artigo. Você conclui o inquérito policial e manda para o Ministério Público e o promotor, analisando todas as provas apuradas, perícias, etc, ou ele acata aquele entendimento da autoridade policial, ou ele entende que a tipificação é outra e ele já manda para o juiz que recebe a denúncia. O juiz pode, inclusive, divergir do promotor e entender que não seria aquela tipificação e manda para a Procuradoria. No nosso caso aqui da Comissão de Ética, o Deputado acusante acusa o outro Deputado; o outro Deputado vai se defender da acusação de quem o acusou. Então, não existe um saneamento do processo. É uma coisa assim sem lógica. O que estamos prevendo? A Procuradoria desta Casa, o Procurador Paulo Rosso, a pedido da Comissão de Ética, elaborou, Sr. Presidente, um detalhado estudo, com a participação de todas as assessorias dos Deputados da Comissão de Ética, e nos apresentou um Projeto de Resolução que muda o Regimento Interno. Esse Projeto

de Resolução, por exemplo, aumenta de cinco para sete membros a Comissão de Ética. Ele, por exemplo, determina que todos os processos, todas as representações que entrarem nesta Casa, passarão pela Corregedoria. A porta de entrada será a Corregedoria. A Corregedoria que vai fazer esse papel de promotor, ou seja, a Corregedoria vai analisar a representação do Deputado e vai dizer assim: *“O Deputado está dizendo que o outro incitou invasores nesta Casa de Leis”*. A Corregedoria vai juntar todas as provas e vai no final dar um parecer dizendo: *“Realmente o Deputado participou da incitação, participou da ação, ajudou a quebrar e o denunciou no artigo tal”*. Aí, sim, quando o Relator da Comissão de Ética receber a representação e citar o acusado, o acusado sabe do que ele está se defendendo, que é o que não ocorre hoje. Hoje, quando o acusado recebe uma acusação, a acusação dele é do outro Deputado. Então, isso não tem lógica jurídica. Precisamos que tenha uma espécie de um despacho saneador. Então, o que estou argumentando é que precisamos – se queremos realmente que esta Casa de Leis passe a ter disciplina, passe a ter ética e possa de alguma forma punir aqueles que infringem a ética e o decoro parlamentar –, precisamos mudar o nosso Regimento Interno. Então, estou dizendo isso aqui porque senão, daqui a uns dias, vão nos acusar – nós Deputados da Comissão de Ética – de arquivadores gerais do Estado, porque da forma como está temos que arquivar tudo. Nos próximos dias, Sr. Presidente, Sr.^s Pares, estaremos – nós Deputados da Comissão de Ética – avaliando este Projeto de Resolução, que foi estudado pela Procuradoria, estaremos apresentando aos Sr.^s Deputados e à Mesa Diretiva, se quisermos realmente que alguém aqui nesta Casa passe a ser punido por atos cometidos durante o exercício do mandato. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Requião.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Senhores Deputados, a fala de hoje será rápida e, por isso, no Pequeno Expediente. Comuniquei aos senhores o Projeto protocolado sexta-feira, no qual pedi apoio ontem, que foi carinhosamente apelidado pela minha equipe de *“Projeto Mesa Limpa”*. Um projeto que demanda

que aqueles que querem ir para a Mesa, assinem uma declaração dizendo que não têm acordos secretos com o Ministério Público e que não têm condenações por corrupção. Com um projeto deste, Deputado Jacovós, que está com problema com o Conselho de Ética, teríamos ações a serem tomadas contra aqueles Deputados que omitirem ou mentirem nessa declaração. Dessa forma, esta Casa pode dar uma resposta à sociedade. Subo à tribuna para pedir que o Presidente da CCJ, Tiago Amaral, paute logo este Projeto alterando o Regimento, porque uma vez que temos visto que pautas da CCJ têm sido selecionadas com certo critério, acho que o critério de trazer transparência aqui para a Casa e uma eleição para a Mesa, que se aproxima, mais limpa e que dê uma resposta à sociedade são necessários. O que eu queria hoje, aqui, é apenas pedir que este Projeto seja colocado em pauta, porque teremos então mecanismos para dar resposta à sociedade. Era esse o recado hoje, Sr.^s Deputados. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, no Grande Expediente, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): O Paraná passou nos últimos dias por momentos de turbulência: turbulência política, turbulência de apreensão, turbulência que deixou inclusive esta Casa abalada. Sempre sou cuidadoso ao fazer alguns movimentos na política e resolvi, nesta última semana e neste começo de semana, estudar cuidadosamente todo esse processo, desde da feitura do Projeto de Lei pelo Executivo, a chegada nesta Casa, a tramitação, a aprovação, a sanção, a colocação em sigilo e, depois, os demais atos que aconteceram. Percebi que houve inúmeras falhas, abusos no processo legal, infrações político-administrativas sucessivas, descumprimento de várias Leis Federais e Estaduais. Para ser preciso, nove Leis Federais descumpridas, um Decreto Federal e quatro Leis Estaduais, inclusive, a Lei n.º 1079/50 que trata de crimes de responsabilidades, conhecida também como Lei do Impeachment. Vou narrar aqui uma sequência de fatos comprovados, públicos, que fazem com que esta Casa tenha uma reflexão. O primeiro fato é que já existia no Paraná duas escolas já privatizadas: a Escola Aníbal Khury Neto, em Curitiba, que hoje é tocada pelo Consórcio Insígnia Social; e a Escola Anita Canet, de São José dos

Pinhais, pelo Consórcio Espaço Mágico do Sudoeste. O ParanaEducação, uma autarquia, abriu o edital de credenciamento n.º 1/23, para contratar uma empresa de atividade educacional especializada em assistência gerencial. Não fez o processo licitatório, inclusive é alvo de uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Estado. Com isso, temos aqui de cara uma transgressão à Lei n.º 1079/50. Vejamos bem, o art. 6.º, no seu inciso VIII diz que: *Intervir em negócios do Estado contra normas constitucionais é passível de crime de responsabilidade*. A contratação de empresa para a prestação de serviço essencial, que é a educação, sem autorização constitucional é crime de responsabilidade. Ainda, o art. 11, no inciso II: *Ordenar despesas não autorizadas por lei é crime de responsabilidade*. O art. 9.º, inciso III: *A não punição dos servidores que praticaram o crime de responsabilidade – no caso os gestores da Seed – também é crime de responsabilidade*. Vou mais longe ainda, este processo burlou a Lei Federal n.º 14133/21, a Lei de Licitações, porque a mesma diz que atividades essenciais com essa só podem ser via concorrência pública. A Lei Estadual n.º 15608/07, Lei Estadual que trata de licitações, também foi burlada por um regramento construído pelo ParanaEducação próprio para aplicar para si próprio. Um segundo fato: o uso da propaganda oficial do Estado. Abuso e desvio de finalidade da propaganda institucional, um ferimento claro ao art. 37 da Constituição Federal. Olhem o artigo: *A administração pública obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. §1.º - A publicidade deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social*. O Governo do Paraná usou a propaganda para fazer contraponto político, para atacar o movimento da educação, para criminalizar a educação, não usou para nenhuma das três finalidades: informativa, de orientação social ou educativo. Para se ter uma ideia, por exemplo, não fez nem propaganda de prevenção da dengue, mas fez agora, com o dinheiro público, o uso para fazer o entendimento ao processo de terceirização ou privatização das escolas. Ainda, o art. 11 da Lei n.º 8429/92, Lei de Improbidade Administrativa, que reza: *Atenta-se contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que vise os deveres da imparcialidade*. Exatamente o que essa propagando nociva fez. O terceiro fato:

perseguição aos diretores, assédio moral aos educadores pelos Núcleos Regionais de Educação, que enviavam ordem para manutenção de permanência enquanto a greve estava deflagrada. Fraude no RCO – Registro de Classe *On-line*, manipulando dados oficiais para passar um sentimento de baixa adesão. Isso fere literalmente o art. 5.º, inciso IV da Constituição Federal: *Transgredir os princípios constitucionais de livre manifestação*. Também fere o art. 7.º, inciso V da Lei do Impeachment: *São crimes contra o livre exercício dos direitos políticos: uso da repressão por meio abusivo de poder político*. Ainda o art. 9.º da Lei de Impeachment, inciso III: *Não tornar efetiva a responsabilidade dos seus subordinados...* E aqui um exemplo claro, a Prof.^a Regina, diretora da Escola Ary João Dresch, em Nova Londrina, foi afastada pelo Núcleo Regional de Educação. Em decisão recente do Tribunal de Justiça, no dia 12/6, ela foi absolvida e reintegrada. Olhem a decisão do Tribunal de Justiça: “Estava sendo privada ilegalmente do exercício de diretora por participar da greve. A volta da mesma e a não busca de culpabilização de quem fez isso fere o art. 9.º da Lei do Impeachment.” Pedido de prisão à Presidente da APP, abertura de inquérito policial tentando enquadrar a APP por crime contra o Estado de Direito, claro abuso de poder político e agora com viés de prática antissindical expresso. Isso fere as convenções da OIT – Organização Internacional do Trabalho, principalmente a 87, a 151 e a 154. Novamente, atenta contra a Lei de Improbidade, no seu art. 11, e ainda fere o Código Penal no seu art. 340, crime de falsa acusação, que diz claro no artigo: *Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime que não foi verificado*. Quarto fato: disparo de vídeos aos pais de alunos, uso da máquina pública para convencimento político, fere o art. 10 da Lei de Improbidade. Diz o art. 10: *Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário público o uso do banco de dados, e o disparo para fins não educacionais*. É o uso do dinheiro público de forma irregular. O art. 7.º da mesma lei, no inciso V: *Servir-se das autoridades sob a sua subordinação para praticar abuso de poder*. Foi isso que praticou o Governador do Estado do Paraná. Vou mais longe. De forma recente há uma legislação que cuida disso, Lei n.º 13709/2018, Lei Geral de Processamento de

Dados, no art. 2.º, inciso I: *A disciplina da proteção de dados tem como fundamento o respeito à privacidade.* Não cumprido. O art. 6.º, inciso IX: *A não discriminação, impossibilidade de realização de tratamentos para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos.* Ferido também. Por fim, último fato: imposição de sigilo. Diário Oficial do Estado do Paraná, dia 4/6, sigilo de cinco anos, no mesmo dia em que a lei foi sancionada, ficando reservado o acesso a documentos pedagógicos, dados de servidores, de contratos e licitações da Seed. As perguntas que pairam: Quais documentos e quais pessoas fizeram o custo por aluno chegar a R\$ 800,00? Quais os contratos e convênios em vigor? Quais acordos de cooperação técnico com instituições? Estão aqui escodendo o Feder? Essa é uma pergunta. Fere de claro, de frente a Lei do Impeachment no seu art. 9.º, inciso I: *Constitui ato de improbidade contra os princípios da administração a ação de negar publicidade aos atos oficiais.* Fere o Decreto Federal n.º 7845/2012: *Os documentos públicos sigilosos podem ser classificados como reservados, desde que não devam ser imediatamente publicados.* Esses deveriam ser, estar e permanecer publicados de forma imediata. Leis Estadual aprovada aqui nesta Casa n.º 15581/2018, art. 1.º: *Garante publicidade a documentos de todas as fases dos processos de compras públicas do Paraná.* O sigilo transgrediu a lei. Lei Estadual n.º 16595/2010, art. 1.º: *Obriga a publicação de todos os atos oficiais no Diário Oficial e na internet.* Não cumprido. Lei n.º 19857/2019, Lei do Compliance, art. 2.º, inciso V: *Dever de fomentar a inovação e a adoção de boas práticas de gestão pública.* Só se no compliance do Ratinho sigilo a processo de privatização significar inovação e prática de gestão. Comportamento de um piá autoritário que não aceita ser contrariado e resolveu perseguir educadores, diretores, sindicatos e comunidade escolar como um todo. Criou o Gabinete do Ódio do Paraná com recursos públicos, usando o banco de dados, ferramenta de disparo e bancando e custeando propaganda mentirosa, propaganda de *fake news* sobre o seu ponto de vista político do processo de privatização das escolas. Usou a máquina para fins políticos, próprios. E o sigilo? O que esconde o privatizador do Paraná? Quais elementos tiveram que ser tirados da cena no momento em que o povo do Paraná se debruçava para debater o processo de privatização? Um abuso claro de poder

político. Confunde o privado com o público. E aqui o nosso recado: O Paraná não é a *Rede Massa*, nós não somos propriedade privada. Não aceitaremos um tratamento dessa forma à educação pública e aos seus servidores aqui no Estado. Ninguém está acima do processo legal e nem da lei. O Governador precisa pagar pelos crimes de responsabilidade que cometeu. Neste momento, Sr. Presidente, protocolo e deixo aberto o pedido de impeachment do Governador Ratinho Júnior, com base em todos os elementos elencados durante este discurso, em peça legalmente produzida e protocolada, e fica aqui aberto aos Deputados e Deputadas para assinatura, para que livremos o Paraná das desobediências, da maleficência feita pelo entendimento político do Governador, que não quer respeitar a legislação que foi objeto de juramento na sua posse. Simplesmente querer tratar o público com a maneira que leva o privado, passar com prepotência sobre as instâncias, não respeitar esta Casa de Leis, não respeitar a educação pública, não entender que era um serviço essencial e produzir tantos efeitos, tantos crimes de responsabilidade, é objeto sem dúvida de uma apuração por parte destes Deputados aqui da nossa Casa. Para o bem do Paraná, impeachment do Ratinho já!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputadas, Deputados, todos que acompanham esta Sessão Plenária. Realmente esta Casa aqui é surpreendente. Ouvimos coisas aqui que nunca imaginávamos que podíamos ouvir: um pedido de *impeachment* do Governador Ratinho Júnior, que vem apresentando excelentes resultados em todo Paraná, com resultados superiores à maioria do Brasil. E quem pede isso? O Deputado Presidente do PT. Parece irônico, sendo que ele é de um partido que tem um ex-presidiário destruindo a economia do Brasil. Destruindo tudo! A falcatrúea, a roubalheira está legalizada no Brasil. É, mas temos que ouvir isso aqui! Antes de falar da economia do Brasil, do desgoverno, vou falar que hoje pela manhã estive visitando um preso político no Brasil, um dos, um dos, chamado Filipe Martins, que foi ex-assessor do Presidente Bolsonaro. Uma pessoa com uma ficha ilibada,

um jovem com uma formação excepcional, está preso aqui em Curitiba, preso político. Qual o crime que ele cometeu? Ele roubou alguém? Ele roubou alguma estatal? Ele roubou o Brasil, como o Lula e seus comparsas fizeram? Não. Ele roubou um celular? Não. Ele traficou? Não. Ele foi preso, mesmo não tendo foro privilegiado, por ordem do Ministro Alexandre de Moraes, que disse que ele tinha viajado ilegalmente para os Estados Unidos. Acusou, não provou nada, que todos sabem que o ônus da prova é para quem acusa. Aí ele mostrou a passagem dele para Curitiba no dia, foi ignorada. O Xandão falou que ele foi para os Estados Unidos junto com o Presidente. Agora veio uma informação da imigração americana dizendo: *Não, ele não esteve nos Estados Unidos*. Está preso. É tão incrível isso aí, é tão assim... louco. O que diz a Lei? Quando uma pessoa é presa, tem que ser denunciada em um prazo máximo de 10 dias. Está na Lei. Ele está preso há quatro meses sem denúncia. Fui lá visitá-lo porque saiu na mídia que ele estava recebendo maus-tratos, que o estavam colocando em cela com mais de quatro pessoas, que o tiraram da biblioteca. Enfim, fiquei uma hora. Fiz um pedido oficial ao Depen, fiquei uma hora com ele lá conversando e posso afirmar: Ele está muito bem, para quem está preso injustamente por quatro meses. Uma pessoa inteligente, está calmo, está sereno, está sozinho no quarto, não está no quarto com ninguém, afastou-se em um período da biblioteca porque tem um procedimento interno do Depen que tem que ser seguido. Ele não tem nenhum privilégio lá, tem que seguir o que rege o regimento, mas ele está sendo tratado com respeito e com segurança. Coloquei-me à disposição e disse que, se for necessário, farei novamente outra visita. Então, o caso do Filipe Martins, pelo menos isso, aqui no Paraná respeitamos, aqui no Paraná tem Governador sério, aqui respeitamos as leis. Aqui, Xandão, você não vai meter o seu dedo, não, para prejudicar ninguém. Já basta o que você tem feito, Xandão, agindo contra o Estado Democrático de Direito, rasgando a Constituição. Aqui no Paraná, não! Aqui trataremos todos com o devido respeito, dentro da lei, dentro da Constituição Federal. Bem, outro assunto. Ontem vim a esta tribuna falando a respeito do desgoverno Lula, que o Brasil está de mal a pior. Relembrei aqui a todos que desde 2013 não havia superavit no Brasil, desde 2013. Então, pegou

todo Governo Lula, Dilma, não tinha. Foi ter superavit no Governo Bolsonaro. No Governo Bolsonaro tivemos crescimento econômico subindo, inflação descendo, desemprego descendo, investimentos subindo. As estatais, prestem atenção, pessoal, as estatais, que durante o Governo Lula e Dilma deram prejuízos, e o Bolsonaro recebeu essa dívida, 40 bilhões de dívida nas estatais do Brasil. Por isso que o PT adora não privatizar, para usar a estatal como cabide de emprego, para meter a mão na grana e pôr um monte de incompetente lá. Quarenta bi de prejuízo. O Governo Bolsonaro trabalhou. Paulo Guedes entregou as estatais no Brasil com 188 bilhões de lucro, gente. Saiu de 40 bi negativo, entregou 188 positivo, são 228 bilhões de ganho. E esse bom resultado permitiu que o Bolsonaro usasse os dividendos desse dinheiro todo e investisse no mais carente, no mais pobre, em projetos sociais. Por isso que no Governo Bolsonaro o antigo Bolsa Família, que ele trocou o nome para Auxílio Brasil, passou de R\$ 180,00 para R\$ 600,00, e incluiu o 13.º, e também as pessoas podiam trabalhar recebendo o Auxílio Brasil. O Lula voltou, tirou o 13.º do Bolsa Família, diminuiu 8 milhões de pessoas que recebiam e não recebem mais, e proibiu as pessoas de trabalharem. Então, Deputada Cloara, o Lula não quer ajudar o pobre, ele quer escravizar o pobre, ele quer o voto de cabresto: *“Você vai viver do meu dinheiro; se trabalhar está fora”*. Quem vive do dinheiro do Governo vai votar no Governo. Esse é o Governo Lula, aquele que diz que é o “pai dos pobres”, aquele que quer estar taxando tudo, até compra no *Shopee* de US\$ 50, que diz que o Brasil está com dificuldade. Ele está na Itália e paga uma diária R\$ 71 mil. Isso é um tapa na cara do povo, um tapa na cara. Eu estava atendendo um município aqui, um distrito no município de Pitanga, a diretora me pediu encarecidamente R\$ 100 mil para reformar uma quadra. Aí eu falo: *Pô, vai ajudar tanta gente*. E esse, perdoe a minha palavra, esse canalha pega o dinheiro público e vai gastar 70 mil em uma diária, sabendo que na Itália tem a Embaixada do Brasil gratuita. Oh, se não ficar indignado com isso é porque ninguém tem vergonha na cara! E essa imprensa não fala nada. Aí o Deputado Lemos, que tem o meu respeito, que é professor. Não sou professor, mas vou dar uma aula ao senhor aqui hoje, Deputado Lemos. Acho que o senhor faltou na aula de economia ou o seu viés

ideológico, a sua paixão pelo PT está acima do que a paixão do povo e acima do Brasil, porque o que o senhor falou aqui é o que vocês condenam e o que o STF quer fazer, que é prender quem fala *fake news*. Se fosse verdadeira, tivesse essa lei, o senhor só não seria preso porque é Parlamentar. Vamos lá, o senhor disse aqui, Deputado Lemos: *O Brasil acabou de receber uma notícia boa: é a oitava maior economia do mundo*. Carimbo nele! Mentira! *Revista Exame*, está aqui, dou a fonte: *O Brasil é a décima sétima economia no ranking do PIB global*. Ela pode ser a oitava se tiver um crescimento superior a 2,2% no PIB. Não teve e nem vai ter. Ela é a décima sétima. Mentira, notícia de oitava. Aí ele falou ainda que o Brasil está em crescimento, que cresceu mais que os Estados Unidos, cresceu mais que a Turquia. Enfim, como que pode um país crescendo se todos os índices econômicos são negativos? Vou apresentar aqui um. Vamos lá. *Bolsa Brasileira em Real estão entre os piores desempenhos do mundo. A deterioração é resultado do aumento da percepção de risco do Brasil entre investidores, em especial após incertezas sobre condução das políticas econômicas*. Está aqui. Está aqui a fonte: “Estado de Minas”. Vamos outra aqui. Vamos debater aqui, Deputado. O senhor diz aqui: *Então o Brasil está entre os dez países que mais cresce, é o segundo país que mais recebe investimento estrangeiro do mundo*. O senhor falou mais essa mentira aqui. Vamos lá! *Investimento estrangeiro no Brasil tem queda de 12,6 bilhões no primeiro ano de Governo Lula*. Doze bilhões de queda. Como é que cresce? Como é que recebe investimento? Bolsa vê saída de 4 bilhões em investimento estrangeiro só neste mês aqui. Perda em 2024 passa de 40 bilhões de pessoas que não põem mais dinheiro no Brasil. E o Deputado Lemos falou que o Brasil é o que mais recebe investimento. *Contradizendo promessas de Lula, investimentos estrangeiros caem 17%*. Lula prometeu, não honrou, o investimento, Deputado Lemos, caiu 17%. Como que o senhor afirmou que é o que mais cresce? Sinceramente é difícil. O senhor disse aqui também: *Está com o melhor indicador de redução de pobreza e da miséria desde 2007 para cá*. Redução de pobreza com tudo aumentando? *Preços de alimentos já sobem mais que o dobro da inflação este ano. Em janeiro e fevereiro o custo da comida em casa subiu 2,95% contra 1,25 de IPCA. O feijão, o arroz, a*

batata, a cenoura têm alta superior a 10% só em 2024. Está aqui, olha. A fonte é "O Globo", que é amigo de vocês. Gente, se tudo está aumentando, se o preço do combustível aumentou, dos alimentos aumentaram, se tudo aumentou e o salário-mínimo não aumentou, como é que melhorou o poder de compra do povo? Fake news descarada! Que pouca vergonha! Vou mostrar a verdade para o povo, meu Deus do céu. Está também com o melhor indicador do aumento do poder de compra dos trabalhadores. Acho que já respondi, não é? Como é que está? Olha só: O Governo Lula/PT cortou 5,7 bilhões do orçamento, medida que afetou a Receita Federal, a Polícia Federal, o Exército, além de programas sociais, como a Farmácia Popular, Ensino Integral e Auxílio Gás. Obras em rodovias federais também sofrerão perdas. O Brasil, repito, está quebrado. Vocês quebraram o Brasil e estão cortando até do Auxílio Gás. Não tem mais dinheiro, gente. A máquina que vocês criaram é um monstro de comer dinheiro. A corrupção aqui está totalmente descontrolada no Brasil. Vamos ver se tem mais uma fake news para rebater. Diz o Deputado Lemos: Então o Brasil cresce, se desenvolve, inclui as pessoas e faz muita diferença. Quero cumprimentar, mais uma vez, o Presidente Lula que foi eleito pela terceira vez. Isso nem vou discutir. Está tão boa a economia do Brasil, gente, olha aqui: Real ultrapassa o Peso Argentino e o Brasil tem a pior moeda entre todos os emergentes em 2024. A moeda que mais desvalorizou em relação ao dólar no mundo foi o Brasil. Juros altos nos Estados Unidos são principal causador do movimento, mas Real vem se desvalorizando muito, além dos demais emergentes, por questões internas, como o descontrole fiscal. Aí quando falamos em educação pública está aqui: O Governo Lula bloqueia 332 bilhões da educação. Fonte: CNN. Na Folha de São Paulo: Governo corta mais de 4 bilhões na saúde, educação, ciência e tecnologia. Pessoal, este é o desgoverno Lula. O único dado favorável a ele quando o IBGE fala, porque o IBGE é indicação do Lula. Então, nenhuma verdade sai o IBGE mais. Mas as fontes de jornais de economia todas mostram a realidade de um Brasil quebrado, dilapidado o dinheiro público, surrupiado novamente pela quadrilha que, quando o Lula foi preso, o Petrolão, o Mensalão, é a mesma que está no poder. E já começaram aqui roubar na compra do milho,

do arroz, e não vai parar. Se alguém acredita no País só se acreditar em Papai Noel e cegonha. Isso aqui vai de mal a pior... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Ricardo Arruda, um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Para concluir. Não podemos pôr o apoio ao povo, o respeito ao povo, o respeito ao Brasil, não podemos colocar acima de fanatismo para o viés ideológico de Esquerda. A Esquerda não deu certo e não dará em nenhum lugar do mundo, por isso que está sendo varrida do cenário do mundo. E no Brasil não fugirá a esta regra, será varrida, porque ninguém mais aceita. Quem votou no Lula já viu que foi enganado E hoje quem comprava lá, enchia um carrinho de comida, hoje não compra a metade com o que o Lula fez na nossa economia. E o ano que vem vai estar pior ainda. O desemprego aumentando, a inflação aumentando. É essa a vergonha de um Governo de um incompetente, de um ex-presidiário e de um cara que nunca deixará de ser um ladrão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Flávia Francischini. Deputado Tercilio Turini.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (MDB): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados. Quero saudar também nossos visitantes. Presidente Traiano, quero aproveitar este espaço hoje para falar rapidamente sobre dois assuntos. Um deles é dizer que no dia 18 de junho de 1908 chegava no Brasil o navio chamado Kasato Maru. Portanto, há 116 anos. Então, hoje estamos comemorando 116 anos da Imigração Japonesa no Brasil. Então, um momento importante, um momento de reconhecimento e que aqui no Paraná, lá no Norte do Estado do Paraná, vindo desde Cambará, passando por Cornélio Procopio, por Londrina, Maringá, todo Norte do Paraná é a segunda maior colônia japonesa do Brasil. E não dá para imaginar a nossa região, o desenvolvimento que a região teve e tem sem a presença dos japoneses. Então, um reconhecimento. Queremos aqui homenagear, parabenizar toda a colônia japonesa e todos aqueles que realmente

fizeram parte, fazem parte dessa belíssima história da colônia japonesa aqui no Brasil, especialmente no Norte do Paraná. Doutor Antenor, tem o aparte.

Deputado Doutor Antenor (PT): Agradeço pelo aparte. Permito-me à abstração cultural, tem a chegada desse navio que V.Ex.^a bem cita, ele está embutido dentro de uma das grandes obras cinematográficas do país que se chama Gaijin, da Tizuka Yamasaki. Então esse espaço aproveitou essa abstração para esse espaço cultural para que possamos reverenciar. Deve ter no *Youtube* ainda. Esse filme é muito bonito porque ele fala dessa saga, dessa luta, dessa chegada, dessa dor, às vezes, daquele que vem de fora o gaijin, o estrangeiro, e que vem conquistar o seu espaço e no Norte do Paraná está bem caracterizado. Muito obrigado pelo aparte.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (MDB): Eu que agradeço, Doutor Antenor, muito bem lembrado. E os japoneses sempre tiveram assim uma preocupação com a questão cultural, manter as tradições da colônia japonesa. Eu desde menino sempre convivi com muitos amigos, desde a primeira infância, com os japoneses, e a preocupação que os japoneses tinham era fundamentalmente com a educação. Isso me chamava a atenção desde pequeno. E com a questão cultural que eles sempre tinham. Mas queria aproveitar este momento para dizer o seguinte: em dezembro de 2022, há um ano e meio atrás, aprovamos aqui na Assembleia, depois de muita discussão, Deputado Romanelli lembra, uma alteração da Lei, é a Lei n.º 14.895, de 09 de novembro de 2005, que dava benefícios de ICMS a estabelecimentos industriais de produtos eletroeletrônicos, de telecomunicações e informática. E a lei que aprovamos estendia o tratamento tributário aos estabelecimentos localizados em outros municípios onde funcionam a Universidade Federal Tecnológica, o Instituto Federal do Paraná ou Universidades Estaduais do Paraná, que industrializem produtos eletroeletrônicos, de telecomunicação e de informática. E estávamos aguardando realmente a regulamentação da lei, estávamos aguardando, porque essa alteração da lei, aqueles benefícios iniciais, que era para Pato Branco, para Foz do Iguaçu, para Dois Vizinhos, hoje estão sendo estendidos onde tem essas universidades. Guarapuava está sendo beneficiada, Londrina, Cornélio Procopio, Maringá, vários

municípios onde temos essas universidades ou esses institutos tecnológicos estão sendo beneficiados. E no dia 21 de março, agora, de 2024, realmente o Governo fez a regulamentação da lei. Já tinham feito aqui, inclusive através de Requerimento, a cobrança. Então, estou fazendo isso porque tem muita gente ainda que não sabe que a lei foi regulamentada. E essa regulamentação é importante e que nós teremos grandes polos aí de tecnologias no Paraná. Lembramos, Deputado Marcelo, quanto Pato Branco se beneficiou desses benefícios; Londrina que já é um polo também vai se beneficiar. E queria só dizer aqui algumas coisas da regulamentação da lei, e estou falando isso para ajudar a divulgar, porque muitas empresas, muitas pessoas ainda têm perguntado se essa regulamentação não saía. Ora, consiste, também, em tratamentos tributários diferenciados e concedidos por meio do Programa Paraná Competitivo, direcionados aos estabelecimentos que fabriquem produtos eletroeletrônicos, de comunicações e de informática, localizados nos municípios com funcionamento das universidades e do instituto que eu disse aqui. Diferimento do ICMS na importação do exterior de componentes – partes e peças – realizada por meio de portos e aeroportos paranaenses com desembaraço aduaneiro no Estado; crédito presumido de ICMS correspondente a 80% do valor do ICMS, destacado da venda de produto, quando da operação de saída resultante da industrialização, em que forem aplicados componentes, partes de peças recebidas do exterior com diferimento. E fala ainda: para fruição dos tratamentos previstos neste artigo, deverá o beneficiário obrigatoriamente incorporar *softwares* produzidos e ou desenvolvidos em território brasileiro, preferencialmente no Estado do Paraná ou em incubadoras. A indústria deverá possuir ou implantar unidade fabril em município com o funcionamento dessas instituições. O beneficiário deverá realizar o montante mínimo de investimento de R\$ 360 mil. Então esse é o decreto que está incorporado aqui na questão do Paraná Competitivo e hoje, então, dá essa abertura para as empresas poderem usar desse incentivo para se desenvolverem cada vez mais, beneficiando vários municípios do Estado do Paraná. Era isso, Sr. Presidente.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Tercilio...

DEPUTADO TERCILIO TURINI (MDB): Pois não, Deputado Evandro.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Apenas para ressaltar que essa Mensagem ficou bastante tempo na Casa, foi objeto de muita discussão. Foi suspensa a tramitação para que chegássemos em um texto de consenso, incluindo outros critérios além daqueles primeiros, teve uma participação efetiva desta Casa no processo legislativo e hoje V.Ex.^a traz uma bela notícia que é a regulamentação, enfim, da matéria, e que com certeza será importante para essas cidades, essas regiões, e para aqueles que querem, obviamente, gozar dos benefícios tributários que ela dispõe. Parabéns pela iniciativa e lembrar que estamos bem na *Semana do Migrante*. Vossa Excelência falou dos japoneses, mas é tempo de refletirmos a grande contribuição que todos aqueles que migraram dão ao nosso Brasil, ao nosso País, que somos uma terra de mistura. E hoje vemos, infelizmente, que tanta gente ainda tem muito preconceito em relação aqueles que migram, mas nenhum de nós, aqui, pode dizer que não somos também filhos da migração. Então, parabéns pelo vosso pronunciamento.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (MDB): Eu que agradeço, Deputado Evandro. E realmente foi uma longa caminhada até chegarmos neste momento. Deputado Marcelo Rangel, tem o aparte.

Deputado Marcelo Rangel (PSD): Deputado Tercilio, primeiro quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento porque esse é um tema muito importante. As cidades paranaenses estavam aguardando há muito, mas há muito tempo a regulamentação dessa Lei, que vai trazer uma verdadeira revolução, uma transformação na atração de investimentos tecnológicos para o Estado do Paraná. Sinto-me muito honrado e orgulhoso por ter, ao lado dos Deputados, principalmente... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Deputado, um minuto para concluir.

Deputado Marcelo Rangel (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente, principalmente pelo trabalho que os Parlamentares tiveram na aprovação desta Lei, que é única no Brasil. Faz com que o Estado do Paraná se torne uma referência e exemplo

para todo o País na questão de atração de investimentos tecnológicos e de inovação. Parabéns, Deputado Tercílio pela lembrança, pelo seu pronunciamento.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (MDB): Eu que agradeço. Obrigado, Marcelo. Realmente foi uma construção da Assembleia que teve um papel fundamental junto com o Governo do Estado para atender e ficar bom para todos os setores, para todas as regiões do Estado do Paraná. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Próximo orador, Deputado Luiz Claudio Romanelli, no Horário da Liderança do PSD.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Pela Ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Pela ordem, Deputado Cobra.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Só para anunciar aqui a presença do Vereador Ismael e do Vereador Adam, da cidade de Centenário do Sul. Vieram prestigiar aqui esta Casa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Sejam bem-vindos, os nossos vereadores.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas. Eu vim à tribuna para dar boas notícias, boas notícias sobre a economia do Paraná, sobre investimentos que estão acontecendo, sobre o estado ter recebido nota 'a' pelo segundo ano consecutivo da Secretaria do Tesouro Nacional. Vim aqui falar do evento que vai ter amanhã, em Jacarezinho, do anúncio de R\$ 1 bilhão de investimentos no setor privado, em parceria, claro, na relação com o Governo do Estado. Vou até detalhar aqui isso tudo. Mas o que me surpreendeu, Deputado Marcelo Rangel, porque acho que vivemos em um outro país diferente daquele que o Deputado Ricardo Arruda falou aqui, porque no Paraná estamos batendo o recorde da geração de empregos. Só na região Oeste, do Deputado Micheletto, que tem 23 mil vagas de emprego abertas, em busca de alguém que possa ocupar essas vagas. A nossa região, me permita também chamá-la assim, dos Campos Gerais, estivemos juntos, inclusive, na última

quinta-feira, Deputado Rangel, lá em Carambeí, da nossa Prefeita Elisângela, naquele grande investimento de R\$ 870 milhões da Vidros Paraná, que é a fábrica de garrafas da Ambev. Um belíssimo investimento e com empregos diretos e indiretos de 2 mil empregos, só na construção 2 mil trabalhadores. A verdade é o seguinte: temos alguma coisa muito errada entre aquilo, que data vênica, me desculpe, o Deputado Ricardo Arruda falou, e aquilo que está acontecendo. No Paraná, Deputado Arruda, pelo menos, é o seguinte. Olha, amanhã, o Governador Ratinho vai estar em Jacarezinho, e a nossa região do Norte Pioneiro é uma região com grandes demandas de investimentos. Amanhã, temos anúncio de investimentos da BBA – Grupo ICE Italiano, são 110 milhões de euros de investimentos; anúncio da expansão do Grupo Dallon Metais, R\$ 80 milhões; anúncio de investimentos da Fábrica Neri Vidros, R\$ 20 milhões; anúncio de investimentos da Metalúrgica Aratônio, R\$ 20 milhões; anúncio de investimentos da Usina Dacalda, R\$ 160 milhões; anúncio de investimentos da Usina Jacarezinho - Grupo Maringá, R\$ 140 milhões; inauguração da Fábrica da Pipeline Piscinas & Pipeline Chemical, R\$ 14 milhões; anúncio da parceria da Dacalda, Prefeitura & UENP, no programa de desenvolvimento da cadeia do Biometano do setor Sucroenergético; anúncio da parceria da BBA, Prefeitura & UENP, no estudo de Sais Biliare. Estou dizendo isso porque o Prefeito Marcelo Palhares, que é Prefeito do nosso partido, o PSD, realiza uma gestão transformadora em Jacarezinho. A nossa região do Norte Pioneiro é uma região que recebe e está recebendo investimentos. Amanhã mesmo, junto com o Deputado Alexandre Curi, estaremos recebendo um grupo de investidores, Deputado Cobra Repórter, V.Ex.^a tem contribuído também com o Norte Pioneiro do Paraná. Vamos receber aqui o grupo de investidores que está programando a construção – aqui ninguém sabe neste Plenário, mas vou anunciar – de uma fábrica de fertilizantes em Sapopema, a partir do carvão mineral de uma grande jazida. As senhoras e os senhores sabem quanto é o valor do investimento que vamos receber em Sapopema, Deputado Rangel? Meio bilhão de dólares. Serão US\$ 500 milhões de investimento. Sapopema vai produzir 11% de todo fertilizante do Brasil. Estou dizendo isso porque ou somos uma ilha de prosperidade, em um oceano de

dificuldades, ou então tem alguma coisa muito errada com os grupos de *WhatsApp*, ou as “Mirians Leitão da vida”, os “Annenbergs”, que fazem os comentários, porque sabemos que o mundo real da economia... Entendo assim: o Deputado Arruda, com o devido respeito que tenho por ele, tem um posicionamento político e sabemos que o debate político faz parte desse processo. Agora, o mundo real da economia é outro. Tenho visto na verdade as encomendas do setor industrial ampliando as suas possibilidades. Estamos com o Porto de Paranaguá batendo recordes, mas na verdade, até diria que o Porto de Paranaguá está batendo no teto da capacidade de movimentação. Não conseguimos mais embarcar, Deputado Nelson Justus, o que precisamos embarcar no porto ou de mercadorias que vêm pela importação. O fato é que as nossas rodovias têm um volume de tráfego hoje de caminhões que é uma coisa absolutamente insuportável do ponto de vista, inclusive, da nossa infraestrutura, dos graves problemas que temos. Então, Deputado Antenor, fico às vezes me perguntando. E eu vim aqui para falar sobre coisas super boas, que é investimento, R\$ 1 bilhão em Jacarezinho, isso só os investimentos do setor privado, fora todas as boas parcerias. Mas por que está acontecendo isso? Porque tem um Governo Municipal que tem rendibilidade, o ambiente no Paraná criado é muito favorável à geração de negócios. Estamos pela primeira vez na história do Paraná, Deputado Rangel, o senhor estava ainda recentemente Secretário de Inovação, investindo 2% da receita corrente líquida em tecnologia e ciência. Em tecnologia, este ano, 734 milhões. Aliás, como o nosso Secretário da Fazenda anterior, René Garcia, sempre subestimou a receita, vamos passar dos 800 bilhões, considerando o excesso de arrecadação, de investimento em ciência e tecnologia no ano de 2024. É o maior investimento, é 10 vezes mais do que foi investido em 2019, que foi o primeiro ano do Governador Ratinho. Então, entendo assim, minha gente, acho que há uma diferença enorme entre os grupos do *WhatsApp*, o debate político e o mundo real que vivemos, o mundo da economia, da inovação. Hoje ainda, Deputado Rangel, desculpe chamá-lo de novo, porque V.Ex.^a está muito fresco nesse tema, estiveram dois professores da UTFPR comigo, me propondo e já entrei em contato com a Fundação Araucária, porque

eles querem criar uma NAPI também na área da robótica, que não existe ainda. É um grupo de pesquisadores. Ou seja, criamos no Paraná esse ambiente favorável à apropriação da tecnologia, da inovação. Esse ambiente é o melhor ambiente que temos. Creio, sim, estive recentemente no Mato Grosso. Vi que o Mato Grosso é um Estado também que está prosperando. Sexta-feira vou ao Mato Grosso do Sul, a convite do Governador do Mato Grosso do Sul. Vamos tratar sobre a questão da construção da ponte sobre o Rio Paraná, a nova ponte ligando a 376 até Taquarussu. Vai uma delegação do Paraná para o Mato Grosso do Sul. Eu irei lá, na sexta-feira, ao Mato Grosso do Sul. Então, quero dizer o seguinte. Estou falando tudo isso porque entendo assim: o nosso ambiente é um ambiente muito diferente. Acho que nós, paranaenses, temos que falar de positivo o que está acontecendo neste Estado aqui, porque todas as regiões estão prosperando, os municípios aproveitando as oportunidades. Agora, isso está conectado a uma economia globalizada e nacional. Então, a mim me parece que estamos em um bom caminho. Deputado Rangel, não sei se V.Ex.^a quer fazer um aparte!

Deputado Marcelo Rangel (PSD): Primeiro, Deputado Romanelli, quero lhe dizer que sou um fã incondicional dos seus pronunciamentos, principalmente pela clareza, pela simplicidade de abordar todos os dados com total transparência. Falar a respeito dos investimentos que o Governo do Estado do Paraná realiza em ciência, tecnologia, qualificação, e agora com os benefícios fiscais para atração de investimentos tecnológicos em indústrias, as grandes *big techs* nesse setor, é algo que não existe em nenhum outro Estado do País. É um exemplo para o Brasil. Não é à toa que o Paraná se tornou, por dois anos consecutivos, o Estado mais inovador do Brasil. Dizer que me parece que estamos até mesmo em um outro País, porque realmente os problemas no Brasil existem, são claros. Estamos vendo, inclusive, o dólar batendo recorde, as perspectivas da economia do nosso País não são boas, mas no Estado do Paraná existem oportunidades. O senhor, através do seu pronunciamento, nos traz a tranquilidade de sermos paranaenses e vermos o nosso Estado no bom caminho. Parabéns, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Obrigado, Deputado Rangel.

Deputado Doutor Antenor (PT): Deputado, concede-me um aparte?

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Deputado Romanelli, mais um minuto para concluir, com o aparte do Deputado Antenor.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Dou o meu um minuto para o Doutor Antenor falar.

Deputado Doutor Antenor (PT): Do contrário, no caminho inverso do que o Deputado Rangel fala, é o cenário nacional, é macro, não adianta fugirmos disso. Agradeço pela sua deferência. É preciso estabelecer a verdade, se ficarmos na ideologia de alguém que fala de forma rasteira ou de alguém que sofistica o discurso, mas também se utiliza do mesmo olhar, estamos sendo injustos com aquilo que temos visto sendo feito. Nós temos que nos mobilizar neste País para pedir que o Banco Central faça cair a taxa Selic. Aí sim, a partir do ano que vem, veremos aqui a verdade estabelecida neste País. Lá se deixou uma bomba armada do Governo Bolsonaro, que é quem preside hoje o Banco Central, que é o Roberto Campos, e que joga contra o País. Nós não podemos cair nessa cantilena, seja ele com discurso sofisticado ou com discurso ralé que vimos agora há pouco. Agradeço pela deferência.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Para concluir então, Romanelli, já.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Agradeço pelos apartes recebidos aqui. Entendo que discutir o Paraná e discutir o Brasil é função deste Parlamento aqui, mas à luz dos números e da realidade do que está acontecendo, porque senão só ficamos nas notícias dos *fake news* dos grupos de *WhatsApp*. É isso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Pela Liderança da Oposição, Deputado Requião Filho. Declina. Liderança do Governo, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Faça o que eu digo, não faça o que eu faço. Lembram dessa expressão? Lembra, pessoal? Pessoal da Esquerda,

lembra? Nós lembramos. Quando, sorrateiramente, a Esquerda tentou acusar o Centro e a Direita de estar perseguindo a Dilma para cassá-la. Fizeram o *impeachment*, querem tirar uma pessoa que tem voto, e tiraram. Cuidado porque podem tirar o Lula de novo. Cuidado! Alto lá, tomem muito cuidado, porque vocês estão relegando a segundo plano várias pessoas que poderiam apoiar vocês. Vocês estão tentando humilhar pessoas que poderiam ajudar a construir uma nação melhor. Esse esdrúxulo, com todo respeito, ridículo pedido de *impeachment* aqui colocado hoje vai para o lugar que ele merece, e vocês sabem o lugar que ele merece. É um pedido politiqueiro, apenas isso, não assiste, não tem motivo nenhum para esse pedido, a não ser os holofotes da imprensa para fazer o seu discurso para as suas bases, conseguir *likes*. É assim que fala, não é? É, Fábio? É *like*, não é? Sou meio burrão para esse troço aí. É *like*. Obrigado. Mas, Sr. Presidente, foi falado aqui do nosso projeto que foi aprovado por ampla maioria nesta Casa, e que eles insistem em não falar a verdade. Falaram agora de um possível *Gabinete do Ódio*. *Gabinete do Ódio* vocês formaram ali fora, gabinete do ódio formaram ali fora quando incentivaram estudantes a invadir esta Assembleia. Esse sim é o gabinete do ódio. Gabinete do ódio, sim! É uma vergonha incentivar, é uma vergonha ir lá dizer para alunos sair da sala de aula e virem para cá. Aliás, não me surpreende. Tratei com todo respeito sempre, Professor Lemos, APP-Sindicato, não raras vezes pediram audiência no meu gabinete, sempre fiz e vou fazer de novo, a Deputada Ana Júlia fez com educação e sabe que logo o Secretário vem aqui. Agora, não pode, não pode um sindicato ter como seus dirigentes dez filiados em um Partido, no PT; perde toda sua identidade, perde toda sua credibilidade. E vêm nos acusar aqui! O sindicato tem que ser formado por pessoas que não tenham interesse pessoal nenhum, nenhum, tem que estar lá para defender a categoria, porque tem professores do PT, do PDT, do MDB. Então, fica aqui o meu repúdio, a minha repulsa. E deveriam sim, acho que o Congresso Nacional, nós aqui, não sei se é possível fazer com que os sindicatos não pudessem ter nas suas fileiras pessoas filiadas a Partido Político. Essa é a minha opinião. Quero também dizer que me surpreende o Professor Lemos aqui dizer que estagiário está sendo explorado. Bom, então peça para sair. Eu conheço

centenas de estagiários que estão correndo atrás, pedindo emprego, pedindo para ter sua oportunidade. Então, não sei o que dizer.

Deputado Professor Lemos (PT): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Não, agora não. Agora estou no meu raciocínio.

Deputado Professor Lemos (PT): Estava falando de Palmas, Deputado, e em um outro contexto.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Não, o senhor falou que estão sendo explorados.

Deputado Professor Lemos (PT): Sim, mas é lá em Palmas, no lugar dos professores. Tira o professor da sala e coloca um estagiário. Está errado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Está bem, respeito a sua opinião, mas não concordo. Esse projeto que discutimos aqui foi discutido na CCJ, a justiça referendou. Agora, o que nunca ninguém quer dizer é o seguinte, temos duzentas e tantas escolas que foram selecionadas. Pasmem vocês, Deputado Fabio, entre outros, é que foi tanta mentira que falaram, que iria ser cobrada mensalidade. Como é que pode alguém em sã consciência querer dizer para um pai que vai ser cobrado mensalidade. Eu não queria resgatar esse assunto aqui, mas o assunto veio à baila, veio à tona, e toda vez que ele vier à baila aqui ele vai ser rechaçado, ele vai ser respondido aqui da maneira que ele merece ser respondido. Quero também dizer para vocês que, durante o mês de outubro, vai iniciar o processo de discussão e estabelecer os métodos para a discussão se os alunos querem, se os pais querem, se a comunidade escolar quer. Gente, é simples. Agora, falei ontem aqui e quero repetir. A minha opinião não é o meu desejo. O nosso País, a partir do ano, vai ter momentos muito difíceis aqui de governabilidade. Eu se sou o Presidente da República, eu se sou ele, reunia os Governadores em um pacto e dizia: *“Pessoal, eu preciso de vocês, eu preciso que os Governadores conversem com seus Deputados Federais, conversem com os seus Senadores, senão o País não vai andar, o País não vai ter as reformas necessárias”*. Mas, precisa ter humildade para fazer isso, não sei se vão ter. O senhor pediu um aparte?

Deputado Ricardo Arruda (PL): Pedi, sim. Muito obrigado, Deputado. É bom lembrar ao pessoal do PT, que pediram aqui que temos que colaborar com os professores, dialogar, seria bom que o Lula fizesse o mesmo com os professores federais, que estão em greve, não é de hoje, e ele *deu uma banana* para eles. Aumento, reajuste zero, nem os atendeu. E foi aprovado agora, sexta-feira, a suspensão do calendário acadêmico 2024. O Conselho Universitário da UTFPR suspendeu o calendário acadêmico 2024 da universidade em razão da greve dos servidores docentes e servidores técnico-administrativos. A suspensão contempla todos os cursos graduação. Então, eles deveriam estar preocupados também com o ensino federal, afinal o Lula prometeu tanto recurso e não deu nada. E quando falei aqui de números, que apresentei números e dei uma aula de economia, a minha área é a economia, o Romanelli é advogado, acho que ele fugiu da aula de economia, porque isso aqui não é conversa de *WhatsApp* não, eu dei a fonte: *Rede Globo, CNN, Exame*. É fonte de jornais de economia. O Brasil está afundando, o Lula está cortando, o último corte foi 5,7 bilhões, cortou até do Auxílio Gás, cortou do investimento à saúde, à educação, às Forças Armadas. Não tem dinheiro, estão quebrando o dinheiro. O Paraná está bem e eu elogiei o Governo Ratinho Júnior. Sabe por que o Paraná está bem? Porque tem uma equipe enxuta, técnica e porque não rouba. O Presidente Bolsonaro disse uma vez: *“Quer dar certo é só não roubar”*. Lula, é só não roubar. Vocês estão roubando o Brasil. Pegaram as estatais com lucro de 180 bilhões e está no prejuízo já. Como? Porque ficam enchendo de cabide de emprego e roubando o dinheiro público. É essa a verdade. O Brasil, o Governo Federal está quebrado, por essa razão todos os investimentos estão indo embora do Brasil.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado. *“Governo cancela leilão para compra de um milhão de toneladas de arroz, frente à perda da produção com a enchente do Rio Grande do Sul”*. Sabe aonde? Um ponto três bilhão envolvido. *“Empresas vencedoras não tinham qualquer habilitação técnica e experiência”*. Prestem atenção: *“Mercearia, locadora de carros e fábrica de sorvetes”*. Isso, Deputada Mabel, 1,3 bilhão envolvido na compra de arroz. Obviamente que, graças a Deus, cancelaram, cancelaram o leilão. Ex-Tesoureiro do PT João

Vaccari Neto voltou à baila. Atenção! Foi preso por quatro anos acusado de comandar a arrecadação do partido no Petrolão e agora, na divisão dos cargos, ele ficou com os Fundos da PensãoPrev e Banco do Brasil, Caixa Econômica e participou da indicação de Magda Chambriard. Vamos voltar ao assunto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Do Carmo (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcelo Rangel (PSD), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Professor Lemos (PT), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), Thiago Buhner (UNIÃO) e Tiago Amaral (PSD) **(51 Parlamentares); Deputado ausente com justificativa:** Marli Paulino (SD), conforme art. 97 § 3.º do Regimento Interno **(1 Parlamentar). Deputado ausente sem justificativa:** Denian Couto (PODE) e Goura (PDT) **(2 Parlamentares).**]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 386/2024**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara como patrimônio histórico, cultural e genético do Estado do Paraná o porco da raça moura, criado de forma tradicional; **Autuado sob o n.º 387/2024**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que cria a Semana Estadual dos Porcos Crioulos e insere a data no calendário oficial de eventos do Paraná; **Autuado sob o n.º 388/2024**, do Deputado Tiago Amaral, que altera a Lei n.º 21.935, de 22 de abril de 2024, que denomina Ademir Mulon a Rodovia PR-464 do km 0, marco inicial no trevo de Cruzeiro do Sul, até o km 50,34M, onde termina a Rodovia PR-340, trevo para o município de Itaguagé; **Autuado sob o n.º 389/2024**, da Deputada Luciana Rafagnin, que insere no calendário de eventos do Estado do Paraná a Festa do Boi no Rolete de Itapejara do Oeste; **Autuado sob o n.º 390/2024**, do Deputado Professor Lemos, que altera dispositivo da Lei n.º 6.174/70, de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná, no que se refere ao afastamento em virtude de falecimento de pessoas da família.

Projeto de Decreto Legislativo: (Com apoio e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 5/2024**, de autoria da Comissão Executiva, que autoriza o Governador a se ausentar do país no período de 26 de junho a 16 de julho de 2024.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

A Deputada Maria Victoria registra a presença na Casa do Vereador Geme, de Paraíso do Norte. Seja bem-vindo.

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 53/2020, de autoria do Deputado Requião Filho, anexo o Projeto de Lei n.º 21/2023, da Deputada Marcia Huçulak, e os Projetos de Lei n.º 30/2023 e n.º 102/2023, do Deputado Thiago Buhner, que dispõe sobre a obrigatoriedade de assinatura física de idoso para contratação de serviços de operação de crédito, firmados por meio eletrônico ou telefônico, e

torna obrigatória a entrega de material simplificado para facilitar a compreensão de referidos negócios jurídicos. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, Comissão de Defesa do Consumidor e Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. Substitutivo geral da CCJ. Subemenda de Plenário com parecer favorável da CCJ, na forma da subemenda substitutiva geral. Vamos apreciar neste turno Subemenda Substitutiva Geral aprovada em 2.^a discussão. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Senhor Presidente, para registrar aqui a presença do Vereador Sucuri, lá de Paraíso do Norte, e do Vereador Dequinha, de Lobato. Uma *cobraiada* danada aqui hoje, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Sejam bem-vindos, Vereadores Sucuri e Zequinha.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Dequinha.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por solicitação do Deputado Cobra. A bicharada aí está firme, não é?

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): É que o Cobra é gênero e o Sucuri é espécie.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Ele só não pode ser candidato lá em Cascavel, não é, Romanelli?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Estamos encerrando a votação. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Ney Leprevost,*

Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (37 Deputados); **Não Votaram:** *Ademar Luiz Traiano, Alisson Wandscheer, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Denian Couto, Do Carmo, Goura, Gugu Bueno, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Renato Freitas, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (17 Deputados).]* Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a Subemenda Substitutiva.**

ITEM 2 – 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 229/2021, de autoria das Deputadas Cristina Silvestri e Ana Julia, que dispõe sobre as condições de trabalho das Policiais Científicas, quando gestantes e lactantes. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Comissão de Saúde Pública e Comissão de Segurança Pública. Substitutivo geral da CCJ. Subemenda substitutiva geral de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos apreciar neste turno Subemenda Substitutiva Geral aprovada em 2.ª discussão. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (44 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Luiz Traiano, Cristina Silvestri, Denian Couto, Goura, Gugu Bueno, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel e Tiago Amaral (10 Deputados).]* Com

44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a Subemenda Substitutiva.**

ITEM 3 – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 219/2023, de autoria do Deputado Cobra Repórter, anexo o Projeto de Lei n.º 287/2023, da Deputada Marli Paulino, que institui a Semana Estadual de Prevenção Contra a Violência e Promoção de Segurança nas Escolas e adota outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Segurança Pública e Comissão de Educação. Substitutivo geral de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos apreciar neste turno Substitutivo Geral aprovado em 2.^a discussão. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (44 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Cristina Silvestri, Denian Couto, Goura, Gugu Bueno, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (10 Deputados).]* Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Substitutivo Geral.**

ITEM 4 – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 538/2023, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que institui o Circuito de Cicloturismo de Campo Mourão no Estado do Paraná. Parecer favorável da CCJ. Substitutivo geral da CCJ. Vamos

submeter ao voto neste turno o Substitutivo Geral aprovado em 2.^a discussão. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Pela ordem, Presidente. Havia me inscrito para falar, mas acabei me ocupando lá na sala do gabinete. Só para lembrar que hoje é o *Dia do Orgulho Autista*, uma data muito importante. Dizer que anteriormente tínhamos só abril para comemorar, e hoje temos mais uma data. Dizer que fico muito feliz de hoje fazer parte desta Assembleia e contar com os 54 Deputados que ajudam a levantar esta bandeira. Como mãe de uma criança autista, sei que hoje os direitos são muito maiores, agora com o Código do Autismo, que já foi sancionado pelo Governador e que foi proposto aqui pela Assembleia Legislativa, vamos poder muito mais ajudar pais, mães, familiares e autistas. Então, não podia deixar de passar isto aqui. Não pude aproveitar aqui o momento da fala, mas, de qualquer forma, entendo que também falar do orgulho autista merece em qualquer momento. Então, olhar mais para os autistas e aproveitar esta data para fazermos mais um pouquinho desta inclusão. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputada.

DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO (CDN): Deputado Traiano, Deputado Douglas Fabrício, pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Douglas.

DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO (CDN): Enquanto estão votando ainda, Presidente, só para agradecer aqui. Não quis encaminhar o Projeto, para não demorar mais. Agradecer aqui o apoio de todos os Deputados a este Projeto que institui o Circuito de Cicloturismo de Campo Mourão, no Estado do Paraná, que beneficia toda a região da Comcam, que V.Ex.^a conhece e muitos dos Deputados daqui trabalham nos municípios de lá. Então, o voto deles está ajudando muito o desenvolvimento daquela região. Deixar só este agradecimento aqui tanto a V.Ex.^a por pautar este Projeto, como a todos os Deputados que estão votando aqui favoravelmente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (44 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Denian Couto, Goura, Gugu Bueno, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José (10 Deputados).]* Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Substitutivo Geral. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Ricardo Arruda.)**

ITEM 5 – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 593/2023, de autoria do Deputado Soldado Adriano José, que inclui no calendário oficial do Estado do Paraná a Feira Internacional da Mandioca - Fiman. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Emenda da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural com parecer favorável da CCJ. Também vamos apreciar neste turno Emenda aprovada em 2.^a discussão. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Presidente.

DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO (CDN): Presidente, só pela ordem. É 583 e V.Ex.^a parece que falou 593.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Olha, tenho aqui 593. Depois teremos o 583. Tem alguma coisa aí que está errada!

DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO (CDN): Vossa Excelência tem razão. Está certo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Só para declarar o meu voto “sim” no Projeto anterior.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não. Devidamente registrado em Ata. Vamos votar, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (43 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Denian Couto, Goura, Gugu Bueno, Luis Corti, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Requião Filho e Soldado Adriano José (11 Deputados).*]
Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a Emenda.**

ITEM 6 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 583/2023, de autoria da Deputada Cloara Pinheiro, que altera o §4.º do art. 4.º da Lei n.º 20.318, de 10 de setembro de 2020. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Segurança Pública e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Substitutivo geral da CCJ. **(Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.º 1, dos Deputados Mabel Canto, Hussein Bakri, Luiz Fernando Guerra, Douglas Fabrício, Marli Paulino, Batatinha e Cristina Silvestri.) O Projeto recebeu Emenda e retorna à CCJ.**

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 29/2024, de autoria da Deputada Maria Victoria, que denomina Padre Joseir Sversutti a Escola do Centro Estadual

de Educação Profissional de Maringá – CEEP localizada no Jardim Olímpico, no município de Maringá. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Educação. Vamos apreciar neste turno o Projeto. Em votação o Projeto. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Sempre lembrando que teremos mais uma Sessão Ordinária após esta, a antecipada de quarta-feira. Votação encerrada: 42 votos...

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Quero confirmar voto “*sim*”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado Corti. *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (42 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Cristina Silvestri, Denian Couto, Goura, Gugu Bueno, Luis Corti, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Ney Leprevost e Soldado Adriano José (12 Deputados).]* Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 29/2024. Quarenta e três votos, com o voto do Deputado Corti.**

ITEM 8 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 626/2019, de autoria do Deputado Marcel Micheletto, que institui a Semana de Proteção à Vida, a ser realizada anualmente na semana que compreender o dia 25 de março. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania. **Está sendo retirado de ofício por esta Presidência.**

ITEM 9 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 116/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 10/2024, que altera a Lei n.º 17.590, de 12 de junho de

2013, que promoveu alterações na Lei n.º 13.283, de 25 de outubro de 2001, e adotou outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Segurança Pública e Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada:

[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (43 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Denian Couto, Goura, Gugu Bueno, Luiz Fernando Guerra, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Renato Freitas e Soldado Adriano José (11 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 116/2024. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Luiz Fernando Guerra.)**

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Senhor Presidente, pela ordem. Apenas registrar o meu voto favorável.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Devidamente registrado, Deputado.

ITEM 10 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 203/2024, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Senhora Marina Menegotto Nessi. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (41 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Ana Julia, Cristina Silvestri, Denian Couto, Goura, Gugu Bueno, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Renato Freitas, Requião Filho e Soldado Adriano José (13 Deputados).]* Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 203/2024.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 1556/2024, dos Deputados Requião Filho e Ana Júlia, adiado de Sessão anterior, requerendo informações à Secretaria de Estado da Educação (SEED) sobre gastos com publicidade envolvendo o Programa Parceiro da Escola.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Presidente, gostaria de pedir que este Requerimento fosse enviado como envio de expediente, tendo em vista que hoje conversei com o Deputado Hussein e ele conseguiu com o Secretário de Educação uma agenda para ele vir na Assembleia, na Comissão de Educação, conversar com os Deputados. Será na segunda semana de julho. Estão vendo ainda se no dia 8 ou 9 de julho, mas essa é uma sinalização importante, uma agenda importante, visto que tínhamos o compromisso do Secretário vir até a Casa e conversar com os Deputados, para responder os questionamentos sobre o

programa *Parceiro da Escola* e sobre as irregularidades que estamos tendo na Secretaria de Educação, como o sigilo dos documentos e até mesmo a falta de alguns retornos. Então, obrigada, Deputado Hussein, por conseguir essa data com o Secretário, e como sinalização pedimos que seja como envio de expediente.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Requerimento retirado pela autora e será encaminhado como envio de expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com a autora, será encaminhado como expediente.**

Requerimento n.º 1578/2024, do Deputado Tiago Amaral, requerendo a anexação do Projeto de Lei n.º 309/2024 ao Projeto de Lei n.º 24/2023, por tratarem de matérias correlatas. Da mesma forma, **Requerimento n.º 1577/2024**, do Deputado Tiago Amaral, requerendo a anexação do Projeto de Lei n.º 956/2023 ao Projeto de Lei n.º 501/2023, por se tratarem de matérias correlatas. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados os Requerimentos.** (Requerimentos encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.º 1581/2024, da Deputada Maria Victória, solicitando a dispensa de votação de Redação Final para o Projeto de Lei n.º 29/2024, que foi aprovado sem emendas. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 1572/2024, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o registro e o envio de menção honrosa ao Sr. Gilberto Antônio de Souza Filho, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná, pela participação na Audiência Pública dos Migrantes, que se realizará no dia 19 de junho; **Requerimentos n.ºs 1573 e 1575/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Prefeitura Municipal de Curitiba, solicitando providências para: a verificação e viabilidade de instalação de recuo

para estacionamento na rua Solimões, no bairro Mercês; e a manutenção da poda de árvores e zeladoria dos canteiros na região do bairro Vitória Régia, na cidade Industrial de Curitiba - CIC; **Requerimento n.º 1574/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, mais precisamente no Balneário Atami, requerendo providências urgentes para a manutenção da limpeza pública, melhoria na coleta de lixo e controle de dengue na localidade; **Requerimento n.º 1583/2024**, do Deputado Goura, solicitando o envio de expediente ao Secretário Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega, requerendo a adoção solidária de municípios do Rio Grande do Sul, pelo Estado e municípios do Paraná; **Requerimento n.º 1584/2024**, do Deputado Goura, solicitando o registro e o envio de menção honrosa para os homenageados relacionados, pelas ações de pesquisa e acompanhamento técnico na restauração ambiental e promoção da Biodiversidade Alimentar pelas Comunidades Locais da Mata Atlântica, realizada na “2.ª Jornada da Natureza: Semeando Vida para Enfrentar a Crise Ambiental”, organizada pelo Movimento Sem-Terra do Paraná e Território Indígena Rio das Cobras; **Requerimento n.º 1586/2024**, do Deputado Goura, solicitando o registro e o envio de menção honrosa para a Terra Indígena Rio das Cobras, pelas ações de pesquisa e acompanhamento técnico na restauração ambiental e promoção da Biodiversidade Alimentar pelas Comunidades Locais da Mata Atlântica, realizada “2.ª Jornada da Natureza: Semeando Vida para Enfrentar a Crise Ambiental”, organizada pelo Movimento Sem-Terra do Paraná e Território Indígena Rio das Cobras; **Requerimentos n.ºs 1589 e 1590/2024**, do Deputado Alexandre Amaro, solicitando o registro e o envio de menção honrosa em homenagem: à Transportadora APK, que vem conduzindo soluções cada vez melhores na área de transporte e logística integrada; ao Sr. Miguel Nicolaevsky, especialista em história, geografia e arqueologia, proeminente na mídia; **Requerimento n.º 1591/2024**, do Deputado Goura e da Deputada Ana Júlia, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, requerendo o abono de faltas para alunos durante a greve dos professores e professoras; **Requerimento n.º 1592/2024**, dos Deputados Ademar Traiano, Alexandre Curi, Maria Victória, Luiz

Cláudio Romanelli, Douglas Fabrício, Professor Lemos, Anibelli Neto, Gilson de Souza, Cantora Mara Lima, Tiago Amaral, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Delegado Jacovós, Marcel Micheletto, Cloara Pinheiro e Márcia Huçulak, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento da Sr.^a Maria José Piana; **Requerimentos n.ºs 1593 a 1596/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações aos municípios de: São Jorge do Patrocínio, 43 anos; Farol, 31 anos; Umuarama, 69 anos; e Clevelândia, 132 anos; **Requerimento n.º 1597/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Edison José Mauad, ocorrido no dia 18 de junho.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 1576/2024**, da Deputada Maria Victória, requerendo o arquivamento do Projeto de Lei n.º 267/2024, considerando que o Projeto de Lei n.º 266/2024 discorre sobre o mesmo assunto; **Requerimento n.º 1579/2024**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando a inclusão do seu nome como coautor do Projeto de Lei n.º 546/2021, de autoria da Deputada Cristina Silvestri; **Requerimento n.º 1580/2024**, dos Deputados Cristina Silvestri, Márcia Huçulak e Paulo Bazana, requerendo a inclusão dos Deputados Paulo Bazana e Márcia Huçulak como coautores do Projeto de Lei n.º 546/2021, de autoria da Deputada Cristina Silvestri; **Requerimento n.º 1585/2024**, dos Deputados Cristina Silvestri e Luiz Cláudio Romanelli, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 332/2020; **Requerimento n.º 1587/2024**, das Deputadas Cristina Silvestri, Mabel Canto, Luciana Rafagnin e dos Deputados Goura, Luiz Cláudio Romanelli e Professor Lemos, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 187/2021.

Justificativa de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 1588/2024**, do Deputado Denian Couto, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 17 e 18 de junho de 2024.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, já convocando de imediato a **Sessão Ordinária de quarta-feira antecipada**, com a **Ordem do Dia** já anunciada pelo site da Assembleia: 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 626/2019, 116/2024 e 203/2024; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 670/2021, 94/2022, 428/2023 e 28/2024.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h31, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)